



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9497 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

### INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE CRIANÇAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA FAMÍLIA

Regiani Francez Novak - Instituto Federal Catarinense

Roseli Nazario - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

### **INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE CRIANÇAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA FAMÍLIA**

**Resumo:** Esta escrita contempla a apresentação parcial de um estudo desenvolvido no período de dois anos junto a um Programa de Pós-Graduação Público Federal do sul do Brasil e se inscreve no campo da educação, em diálogo interdisciplinar com/entre a sociologia da infância, a sociologia, a filosofia e a antropologia – esta última, por remeter à etnografia como escolha teórico-metodológica. Neste estudo, ampliou-se o entendimento de conceitos centrais, como: criança, infância, narrativas infantis, institucionalização da infância, tecidos aos moldes de uma artesanaria etnográfica. O objeto de preocupação da pesquisa contorna a institucionalização da infância em espaço escolar a partir das perspectivas dos sujeitos que a habitam: as crianças. Decorre dessas premissas, a pergunta central: a partir das narrativas das crianças, quais as perspectivas sobre o processo de institucionalização da infância em espaço escolar? Com esta pesquisa etnográfica *com* crianças e não sobre elas, é possível perceber que, ainda que se tenha demarcado um lugar institucionalizado à infância, as crianças, narradores das suas experiências, nos levam a pensar em uma nova institucionalização, comprometida com o respeito às suas múltiplas maneiras de pensar, sentir e expressar-se, com a experiência da infância.

**Palavras-chave:** Narrativas infantis. Institucionalização da Infância. Educação Infantil.

Neste texto resume-se a trajetória de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito de um Programa de Pós-Graduação Público Federal do sul do Brasil, realizada no período de 2019 a 2021. A pesquisa se inscreve no campo da educação, em diálogo interdisciplinar com/entre a sociologia da infância, a sociologia, a filosofia e a antropologia, esta última por remeter à escolha teórico-metodológica por uma etnografia. Nestes desdobramentos teórico-metodológicos e conceituais ampliamos conceitos e concepções centrais ao estudo, como: narrativas infantis, institucionalização da infância, criança e infância. A partir do entendimento da sociologia da infância, as crianças são consideradas sujeitos concretos que integram a categoria geracional infância, potentes a dizerem de si e do mundo (SARMENTO, 2005). Com estas prerrogativas teórico-conceituais, o delineamento do

objeto de preocupação desta pesquisa contorna a institucionalização da infância em espaço escolar, a partir do ponto de vista dos sujeitos que a habitam: as crianças. Decorre dessa compreensão a pergunta central desse estudo: a partir das narrativas das crianças, quais as perspectivas sobre o processo de institucionalização da infância em espaço escolar?

Com esta questão central, a pesquisa desenvolvida toma as crianças como principais interlocutores, narradores das suas infâncias e das suas culturas, por isso dizemos de uma pesquisa *com* crianças e não *sobre* elas. Diante destas premissas, a escolha teórico-metodológica assenta-se na etnografia, recorrente nos estudos da infância, o que não se dá *a priori*, mas implica-se diretamente a um posicionamento crítico, autorreflexivo, não-positivista e de engajamento político, na perspectiva dos direitos das crianças (CLIFFORD; MARCUS, 2016).

Destes imbricamentos, decorre o objetivo geral: analisar o processo de institucionalização da infância a partir de narrativas de crianças de um agrupamento da educação infantil instalada em uma escola municipal de ensino fundamental.

A pesquisa foi realizada com um agrupamento de crianças entre 4 e 6 anos, matriculadas em escola pública municipal. A escolha do local não se deu de maneira aleatória, mas implica-se às questões principais deste estudo, ou seja, um agrupamento de crianças que frequentam a educação infantil instalada em escola de ensino fundamental. Os primeiros contatos com a escola, as possibilidades para a realização desta pesquisa, as questões éticas sobre o consentimento e o assentimento dos adultos e das crianças e as suas manifestações, autorizando (ou não) a pesquisadora a estar com elas nos diferentes momentos da pesquisa, são detalhados no texto da dissertação.

Com essas questões propostas, registramos que a *mirada* de uma pesquisa etnográfica, apesar das especificidades, modifica-se a partir das relações experienciadas no/com/entre o trabalho investigativo. Importa demarcar que no decorrer desta caminhada - iniciada em tempo de presencialidade, junto aos sujeitos do estudo, fomos levadas à (re)organizar o modo como nos aproximamos às crianças, passando a ser por meio de recursos tecnológicos, não mais do espaço da escola, mas das suas próprias casas, por conta da pandemia COVID-19 que nos obrigou o isolamento e o afastamento social. Este desvio na rota impactou em mudanças teórico-metodológicas que revelam incertezas, questionamentos, constrangimentos e descobertas, as quais não deixamos de mencionar e trazer para o debate teórico-metodológico e conceitual, ao longo desta pesquisa.

Nesta caminhada, ouvir as crianças, adensar os estudos e envolver-se nesta escrita tem implicado diretamente à escolha teórico-metodológica. Os fazeres etnográficos nos colocam provocações, uma perspectiva de trabalho e envolvimento, o que não é tão simples de perseguir. Um processo que se constrói, se desconstrói, nos colocando a rever esse lugar de pesquisadora e questionar o modo como olhamos para o *outro-criança*, sujeitos de direitos, atores sociais que agem, transformam o mundo e são transformados por ele. Desafios de um processo envolvente, de movimento, de vida. Representa, ainda, o compromisso com uma educação infantil pública, gratuita, laica, antirracista, não capacitista e de qualidade social referenciada, que tem como sujeitos as crianças pequenas concretas, reais, inseridas em um contexto político-histórico e social, sujeitos de direitos, inclusive e principalmente, a serem consultadas e consideradas nos assuntos que as envolvem e lhes dizem respeito (JAMES, 2019).

Na defesa e no entendimento desta pesquisa *com* crianças, colocamos em debate questões reflexivas sobre a tarefa de traduzir as culturas infantis. Isso é, trouxemos dúvidas, interrogações, incertezas deste percurso, as quais dimensionaram adensamentos teórico-metodológicos e conceituais sobre/entre/com o trabalho de campo e a escrita etnográfica. Ao

dizer do olhar, do ouvir e do escrever, acionamos contribuições interdisciplinares no sentido de expandir compreensão e sensibilidade às traduções das experiências vivenciadas com as crianças. A imersão à perspectiva benjaminiana aos princípios da tradutibilidade nos possibilitaram ampliar o entendimento sobre a literalidade, a fidelidade, o *intentio* e os sentidos destas compreensões à tarefa de traduzir as culturas infantis (BENJAMIN, 2008).

Deste percurso, o conceito de narrativa foi investigado a partir da perspectiva filosófica de Walter Benjamin (1994) ao chamar a atenção ao esvaziamento da narrativa e ao lugar ocupado pela informação, o que remete ao entendimento das crianças como sujeitos narradores das suas infâncias, interlocutores das experiências e não mais do lugar de informantes.

A partir dos estudos de Clifford e Marcus (2016) entendemos que as questões de investigação etnográfica se encontram nas fronteiras entre conceitos complexos, como classe, raça, gênero, cultura, geração. Entretanto, neste estudo operamos apenas com o marcador geracional ao problematizar as práticas centradas no adulto, ainda tão demarcadas nas instituições educativas. Com estes apontamentos, questionamos: sendo a educação infantil um nível educativo que diz respeito às crianças, os seus pontos de vista, os seus dizeres, são considerados e trazidos para o debate em torno das práticas pedagógicas e na elaboração de políticas públicas direcionadas à esta etapa da educação básica?

A respeito das atuais políticas públicas para a educação infantil, demarca-se a contradição entre a ampliação do direito de todas as crianças de 4 e 5 anos a uma educação formal, ao mesmo tempo em que poucas tem sido as reflexões sobre a configuração do espaço-tempo para atender esta demanda legal, amparada na Lei 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a LDB 9394/1996. Deriva desta alteração a necessidade emergente de matrículas na educação infantil e a conseqüente falta de espaço físico, o que leva à instalação da educação infantil na escola de ensino fundamental.

Assim, lançamos esforços na direção de uma análise a partir das narrativas das crianças, para buscarmos junto a estes sujeitos narradores e interlocutores indicativos para (re)pensarmos o espaço-tempo institucional na educação infantil. Importa demarcar que para a geração de dados, contamos com registros escritos, fotográficos e fílmicos, a partir dos encontros presenciais na escola e dos encontros realizados pelo recurso tecnológico *Google Meet* — maneira possível, neste contexto de pandemia e isolamento social, para estar com as crianças.

A partir das perspectivas das crianças, dos seus dizeres, das suas perguntas, dos cenários preparados aos encontros, das observações aos colegas e à pesquisadora é possível perceber suas múltiplas expressões e manifestações. Por vezes, as crianças acomodam-se ao que está demarcado e proposto pelos ajustamentos primários e, em outras situações, transcendem, criando escapes às regras ou ordens sinalizadas pela instituição ou nas relações sociais que se estendem ao contexto da família, demonstrando ajustamentos secundários em situações diversas.

Abordamos os conceitos de instituição total, na perspectiva sociológica de Erving Goffman (1974). Com estas contribuições, percorremos análises ao espaço e às relações estabelecidas entre os participantes da instituição escolar, revelando características de “fechamento”, “ajustamentos primários” e “ajustamentos secundários”. Os dados analisados dão a compreender que o fechamento institucional, delineado tanto nas estruturas quanto nas relações sociais entre os participantes (adultos-crianças-famílias), transpassam aos muros da escola e se mantém no contexto de isolamento social e, portanto, de afastamento do espaço escolar.

Com a intenção de reunir contribuições para refletir a respeito da institucionalização da infância, aproximamo-nos à reinstitucionalização (SARMENTO, 2011), cujas premissas demarcam a emergência de, junto às crianças, (re)pensarmos indicativos para uma nova institucionalidade da infância (NUNES; CORSINO, 2012), de modo que sejam respeitados os seus direitos e que suas perspectivas sejam válidas e consideradas neste processo.

As crianças deram a ver que o espaço-tempo escolar que habitam no processo de institucionalização da infância são por elas experienciados de diversas maneiras. Elas criam, transformam, recriam, escapam à ordem social instituinte e instituída pelos adultos (FERREIRA, 2005), o que se manifesta na presencialidade ou nas relações aproximadas pela tecnologia. São diversos os modos de participação das crianças, seja em suas fugas, suas perguntas, suas observações, expressas em dimensões corporais, afetivas, lúdicas, relacionais. Nos encontros com/entre pares e pesquisadora, as crianças mostraram que é possível estar presente de modos outros, em brincadeiras, criações, escapes e expressões que surgem a partir das suas novidades e dos jeitos que experienciam a infância.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas**, v. I; 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. Tradução de João Barrento. In: BRANCO, Lucia Castello. (Org.) **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português**. Fale/UFMG, Belo Horizonte, 2008, p. 82-98.
- BRASIL. **Lei nº. 12.796**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. DOU, Brasília, 2013.
- CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais. In: CLIFFORD, James. MARCUS, George E. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens, 2016.
- FERREIRA, Manuela. “Brincar às arrumações”, arrumando ou... entre a ordem institucional adulta e a ordem instituinte infantil, as crianças como actores sociais no jardim de infância. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 13-108.
- JAMES, Allison. Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais. In: Dossiê Etnografia e Infância. Zero-a-seis Revista Eletrônica, v. 21, n. 40, p. 219-248, set./dez., 2109.
- NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia. (Org.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 13-30. (Coleção educação contemporânea)
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. In: **Sociologia da Infância: pesquisas com crianças**. Educação & Sociedade,

Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em:  
<http://www.cedes.unicamp.br>.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. In: Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB. ISSN 1809-0354, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011.